



PRECONCEITO LINGUÍSTICO: HÁ CONSCIENTIZAÇÃO POR PARTE DOS PROFESSORES?

Thereza Cristina de Souza Lima ¹
thereza.l@uninter.com

Carla Fischer ²
carlinha.cah@hotmail.com

RESUMO: Este estudo tem por objetivos verificar se existe conscientização entre os professores do Ensino Fundamental II sobre a possibilidade da existência do preconceito linguístico e, em havendo, sugerir atitudes que possam ser tomadas para minimizar este problema, além de identificar como é o trabalho com as variedades linguísticas nas aulas de língua portuguesa. Para alcançar tais objetivos, foram realizadas pesquisas com análises de cunho qualitativo e quantitativo, por meio de questionário respondido por professores que trabalham com o Ensino Fundamental II. Tem-se como fundamentação teórica Bagno (2011), Silva (2006) e Calvet (2002), entre outros. Com a pesquisa de campo, foi possível perceber que muitos professores ainda não conhecem o conceito de preconceito linguístico, mas a maioria dos entrevistados já presenciou alguma situação relacionada a esse preconceito dentro da escola. Notou-se também a necessidade de retomar tal assunto regularmente com os alunos, de modo que eles possam respeitar os diferentes falares do português brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceito linguístico; Variedades linguísticas; Conscientização.

ABSTRACT: The objectives of this study are to verify whether there is awareness among the teachers of elementary school, second cycle, about the possibility of the existence of linguistic prejudice. In having, we have tried to suggest attitudes, which may be taken to minimize this problem at school, besides identifying the way the linguistic varieties in the Portuguese language are dealt with. To achieve such objectives, we have done research with quantitative and qualitative analyses, by means of a questionnaire to be answered by teachers who work with elementary education. As theoretical frame, we have drawn on Bagno (2011), Silva (2006) e Calvet (2002), among others. With the field research, it was possible to realize that many teachers do not know the linguistic prejudice, but the majority has already dealt with any situation related with this prejudice inside the school. We have also noticed the need to discuss such topic regularly with the students, so as they may respect the different speeches of the Brazilian Portuguese.

KEYWORDS: Linguistic prejudice; linguistic varieties; awareness.

¹ Doutora (2011) e Mestre (2005) em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), especialista (1999) em Língua Inglesa também pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), graduada em Letras pela Universidade Santa Úrsula (1976). Professora do Centro Universitário Internacional UNINTER, pesquisadora de grupos cadastrados no CNPq.

² Pedagoga, ex-aluna do curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional Uninter.



INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema o preconceito linguístico, cujo foco nesta pesquisa relaciona-se às variedades da língua e à classe social, de modo a separar tais classes, condenar ou privilegiar certos falantes da língua portuguesa do Brasil.

As variedades da língua no Brasil são muitas e muitas vezes o modo de falar já indica a classe social em que o indivíduo está inserido, ou, é comum também supor-se a qual classe ele pertence pela maneira de falar, o que pode causar preconceito linguístico.

Embora o preconceito linguístico não seja muito estudado e conhecido, espera-se que os professores entendam que esse preconceito existe e percebam tanto sua gravidade quanto a dificuldade que causa para a aprendizagem. Portanto, a problematização da pesquisa é se os professores conhecem o preconceito linguístico e/ou se sabem o que fazer ao lidarem com tal problema. Também, foi observado se os próprios professores aceitam as variedades linguísticas. Não é razoável que professores apenas conheçam o tema, mas é necessário que saibam identificar quando o problema ocorre e ainda, se conseguem lidar com a situação da melhor forma, para que, dessa maneira o educando não se sinta aflito e penalizado por não saber a norma culta da língua.

Contudo, supõe-se que esse preconceito seja pouco estudado, o que pode gerar certa incerteza em relação a procedimentos a serem tomados em face desse preconceito. Por isso, a grande importância desse tema ser pensado e estudado na escola em que a concentração de pessoas com variedades linguísticas se encontra.

Outro ponto em questão relaciona-se a saber como o discente pode ser afetado, haja vista a possibilidade de despreparo dos docentes para lidar com uma sala cheia de crianças vindas dos mais variados lugares e classes. Além disso, também busca-se contribuir para a defesa das pessoas que sofrem com esse preconceito e defender a ideia que a escola é o principal meio para essa mudança.

O trabalho teve, então, como objetivo geral verificar se existe conscientização entre os professores do Ensino Fundamental II, sobre a possibilidade da existência do preconceito linguístico e identificar como são trabalhadas as variedades linguísticas nas aulas de língua portuguesa.

Pode-se dizer que a presente pesquisa, por um lado, apresenta caráter bibliográfico, uma vez que

se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p.122)

Por outro lado, trata-se também de uma pesquisa de campo, uma vez que foram elaboradas questões que foram respondidas por professores da rede pública do ensino fundamental. Tais questões visam avaliar se os professores conhecem o tema preconceito linguístico, como eles lidam com as diferentes variedades linguísticas de seus alunos de modo a evitar que a comunicação oral na escola torne-se estigmatizada. Conforme mencionado, pretende-se observar as atitudes tomadas, caso esse preconceito esteja presente entre os alunos, de maneira que se evite e não se estimule a exclusão, entre os discentes. Trata-se, então, de pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo, pois baseia-se em dados extraídos de leituras, bem como em dados oriundos das respostas obtidas por meio do questionário.

Os cursos de formação de professores muitas vezes não abordam temas referentes à linguística, por isso a importância de analisar os dados criteriosamente, para ser colocada em questão a prática de ensino diante do possível preconceito existente nas escolas, muitas vezes despercebido.

Desse modo, primeiramente foram efetuadas leituras sobre o tema em pauta, seguidas por seleção e fichamento dos assuntos pertinentes. A seguir, desenvolveu-se o tema proposto e as perguntas enviadas aos professores. Os dados auferidos foram



tabulados e analisados. Deste modo, foi possível alcançar os objetivos da presente pesquisa.

Revisão de Literatura

Supõe-se que a maioria das pessoas desconheça o termo, preconceito linguístico, pois não se fala com frequência desse assunto, ou seja, não se comenta com regularidade sobre o modo de falar das pessoas.

O preconceito linguístico é tanto mais poderoso porque, em grande medida, ele é “invisível”, no sentido de que quase ninguém se percebe dele, quase ninguém fala dele, com exceção dos raros cientistas sociais que se dedicam a estudá-lo. Pouquíssimas pessoas reconhecem a existência do preconceito linguístico, que dirá a sua gravidade como um sério problema social. E quando não se reconhece sequer a existência de um problema, nada se faz para resolvê-lo. Nem mesmo na atuação de pessoas engajadas em importantes causas sociais, com posições politicamente progressistas, a gente encontra referências a ele, a não ser muito esparsamente. (BAGNO 2011 p. 23)

Segundo Bagno (2011), o preconceito linguístico está ligado em boa parte à confusão criada no percurso da história, entre a língua e a gramática normativa, então, o que deve ser feito é eliminar esse mal entendido, pois a gramática não é a língua. A gramática tem como fim normalizar e/ou descrever a norma-padrão, que tem o seu valor, porém não pode ser usada de forma autoritária na aplicação de todo o uso da língua e é essa aplicação autoritária, intolerante que faz crescer o preconceito linguístico.

Multiplicam-se as situações em que dizem, no Brasil, que vai mal a língua portuguesa. Irá mal, de fato, o vernáculo no Brasil? Claro que não. Vai muito mal a expectativa de alguns, até numerosos sem dúvida, que, desligados da realidade da nação brasileira, desejam recuperar algo que nunca fomos e, por isso, não assumem de fato o que nos legou e lega a nossa própria história. (SILVA, 2006, p. 11)

Como Silva (2006) indica, a tradição dominante idealiza um Brasil de falantes cultos, desconhece as diferenças que existem de região para região, e esquece-se ou



finge não haver desigualdade social, o que implica numa grande diversidade linguística no Brasil.

Bagno (2011) ressalta que há duas gramáticas distintas a gramática normativa e a gramática descritiva. Sabe-se que há maneiras de se lutar contra os mais variados preconceitos, mas esse combate, tão necessário, muitas vezes, não chega ao preconceito linguístico, que é alimentado diariamente pela mídia, por exemplo, por meio da televisão, rádios, jornais, revistas.

É fundamental encontrar soluções adequadas para combatê-lo no dia a dia, na atividade pedagógica dos professores em geral, assim como no exercício como cidadãos com vontade de viver num ambiente social verdadeiramente democrático.

É possível planejar-se um sistema educacional que, a partir da pré-escola, priorize as necessidades efetivas da população brasileira, na sua totalidade diversificada, criando espaços para instituições que permitam a qualquer criança uma formação ampla e profunda, que considere e respeite como ponto de partida a diversidade cultural e a leve em conta, não para homogeneizá-la, mas para tirar dela o melhor de sua potencialidade, com o objetivo prioritário de enriquecer o patrimônio cultural brasileiro, no sentido mais abrangente possível. (SILVA, 2006, p. 24)

Portanto, nos primeiros anos de escolarização, já deveriam ser envolvidas atividades variadas que contribuam para a extinção da discriminação em relação aos diferentes falares brasileiros (Silva, 2006).

Segundo Silva (2006), o espaço escolar deveria ser uma espécie de um espaço sagrado em que se pudesse tirar do estudante todo o seu potencial e assim oferecer condições de trocas enriquecedoras das diferenças, de maneira que nascesse uma nova sociedade, com novos valores, que substituam o lucro, a concorrência, o poder discriminatório.

É importante repensar o ensino, o qual é um trabalho de criação e não de obrigação em que o prazer e o gosto pelo exercício crítico permanente seja fundamental ao professor (Silva, 2006).

Conforme Bagno (2011), a educação de qualidade ainda é privilégio de pouquíssimos em nosso país, em que a grande parte da população fica à margem do domínio do uso privilegiado da língua.

Assim como existem milhões de brasileiros sem terra, sem escola, sem teto, sem trabalho, sem saúde, também existem milhões de brasileiros que poderíamos chamar de sem língua. Afinal se formos acreditar no mito da língua única (identificada com a norma-padrão tradicional), existem milhões de pessoas neste país que não têm acesso a essa “língua”, que é a empregada pelas instituições oficiais, pelos órgãos do poder – são os *sem língua*. É claro que eles têm uma língua, também falam o português brasileiro, só que falam variedades linguísticas desprestigiadas, ridicularizadas, alvo de chacota e de escárnio por parte dos falantes urbanos mais letrados – por isso podemos chamá-los de sem língua. (BAGNO 2011, p. 29)

Desse modo, pode-se perceber a relevância do tema preconceito linguístico que deve ser estudado e discutido principalmente nas instituições voltadas para a educação para que, conforme Bagno (2011), se abandone o mito de unidade do português brasileiro e se reconheça a verdadeira diversidade linguística de nosso país. Assim, podem-se planejar melhor políticas de ação junto à população marginalizada, que são os falantes das variedades sem prestígio social.

Dizer que o português do Brasil apresenta uma unidade surpreendente prejudica a educação, pois, para Bagno, (2011) essa é uma maneira de não se reconhecer a diversidade do português falado no Brasil. A escola impõe uma norma culta da língua como se ela fosse de fato a língua comum entre milhares de brasileiros, sem pensar nas questões econômicas, sociais e regionais. Além disso, devem-se considerar as mais de duzentas línguas trazidas pelos imigrantes europeus, pois nosso país é multilíngue.

É preciso, portanto que a escola e todas as demais instituições voltadas para a educação e a cultura abandonem esse mito da “unidade” do português brasileiro e passem a reconhecer a verdadeira diversidade linguística do nosso país para melhor planejarem suas políticas de ação junto à população amplamente marginalizada dos falantes das variedades sem prestígio social. O reconhecimento da existência de muitas variedades linguísticas diferentes é fundamental para que o ensino em nossas escolas seja consequente com o fato comprovado de que a norma linguística ensinada em sala de aula é, em muitas



situações, uma verdadeira “língua estrangeira” para o aluno que chega à escola proveniente de ambientes sociais onde a norma linguística empregada no cotidiano é uma variedade estigmatizada de português brasileiro. (BAGNO, 2011, p.32)

As escolas precisam se preparar melhor, conhecer a realidade dos alunos para que sejam recebidos de uma forma mais adequada, se sintam confortáveis em sala de aula e que entendam o que a professora ensina. Os professores deveriam ter melhor preparo para lidar com alunos que se agrupam em uma sala em que se encontram muitas variedades linguísticas, sendo que todas elas têm o seu sentido, sua história, e precisam ser respeitadas. Portanto, o docente deveria receber auxílio em relação à maneira de nortear o aluno, sem autoritarismo, sem ridicularizar a fala de modo que, na conclusão de uma etapa de ensino, o aluno conheça outra forma de falar e sinta-se apto a escolher a mais adequada de acordo com a situação de uso da língua.

Para Bagno (2011), muitas vezes, o aluno é rotulado como aquele que tem dificuldade de aprendizagem, que tem alguma deficiência cognitiva, mas não é investigado e analisado se a criança/adolescente não está entendendo a linguagem utilizada e se sente perdido, como se realmente estivesse escutando outra língua.

Bagno (2011) alerta para a questão da “psicologização” dos problemas pedagógicos, pois é necessário evitar atribuir ao indivíduo algum tipo de “deficiência” particular, quando o problema está na metodologia da pedagogia tradicional, profundamente impregnada de preconceitos sociais. Antes de começar qualquer trabalho pedagógico, é necessário conhecer o público alvo, para partir em uma direção e para a ampliação do repertório linguístico e da competência comunicativa dos aprendizes.

Não se trata simplesmente, como deve ficar bem claro, de “aceitar” a variedade linguística estigmatizada falada pelos alunos e ficar só nisso – essa é uma acusação ridícula dirigida aos linguistas por aqueles que não conseguem ou não querem ler com a devida atenção as coisas que nós escrevemos. A função da escola é, em todo e qualquer campo do conhecimento, levar a pessoa a conhecer e dominar coisas que ela não sabe e, no caso específico da língua, conhecer e dominar, antes de mais nada, a leitura e a escrita e, junto com elas, outras formas de falar e de escrever, outras variedades de língua, outros registros. Ninguém que deixar o aluno “encerrado” em sua variedade linguística original,

como escrevem alguns defensores intransigentes da pedagogia mais arcaica possível, tentando deturpar e distorcer as propostas mais progressistas de educação em língua materna. (BAGNO, 2011, p. 34)

A sociedade acredita em uma única língua, porém para Calvet (2007 p. 89) “as línguas mudam todos os dias, evoluem, mas a essa mudança diacrônica se acrescenta outra, sincrônica: pode-se perceber numa língua, continuamente, a coexistência de formas diferentes de um mesmo significado.” As variáveis podem ser geográficas de modo que a mesma língua pode ser pronunciada de maneiras diferentes ou ter um léxico diferente em territórios distintos.

O domínio da norma não deve significar ascensão social, embora a sociedade imagine que o ensino com vistas apenas ao domínio da língua padrão fará com que o estudante mude de vida. Para Bagno (2011), o domínio da norma padrão vai ter pouca utilidade para uma pessoa que não tenha acesso às modernas tecnologias, aos avanços da medicina, aos empregos bem remunerados, ou seja, àquela que não tenha seus direitos de cidadão reconhecidos plenamente. Para Bagno (2011 p. 90), “achar que basta ensinar a norma-padrão a uma criança pobre para que ela “suba na vida” é o mesmo que achar que é preciso aumentar o número de policiais na rua e de vagas nas penitenciárias para resolver o problema da violência urbana”.

O mero domínio da norma-padrão não é uma fórmula mágica que, de um momento para outro, vai resolver todos os problemas de um indivíduo carente. É preciso garantir, isto sim, o acesso à educação em seu sentido mais amplo, aos bens culturais, à saúde e à habitação, ao transporte de boa qualidade, à vida digna de cidadão merecedor de todo respeito. (BAGNO, 2011, p.91)

Bagno (2011) também postula que o preconceito linguístico recai no que ele chama de círculo vicioso do preconceito linguístico e é formado pela união de três elementos: gramática tradicional, os métodos tradicionais de ensino e os livros didáticos. Para formar esse círculo, tem-se a gramática normativa tradicional que sugere a prática de ensino e, por sua vez, provoca o surgimento da indústria do livro didático.

Bagno (2011) acredita que com a crítica aos preconceitos e com a tolerância, o ambiente escolar tende a tornar-se mais respirável e democrático do que, por exemplo,

na ditadura militar. O Ministério da Educação, já vem mostrando esforços para provocar uma reflexão sobre temas relativos à ética, à cidadania plena, para estimular uma postura mais flexível e inclusiva por parte das escolas públicas.

A escola, por vários meios, inclusive por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), aborda e combate o preconceito linguístico e respeita as variedades linguísticas, mas não vai além da teoria, pois normalmente o aluno não tem oportunidade de colocar em prática o conteúdo estudado. Falta-lhe o essencial, ou seja, por em prática, por meio do acesso à cultura, a interação constante com falantes de outros padrões linguísticos. Essa falha, acaba por provocar também o preconceito social, pois aqueles que não conseguem dominar a língua padrão estão costumeiramente associados a incultos, caipiras, bregas, etc. Logo, o aluno não reconhece a língua falada, mas a língua padrão que deverá aprender a dominar, pois acredita que a partir desse domínio o aluno passa a ser “gente” e deixa de ser desvalorizado.

Para Bagno (2011) há uma crença de que a língua falada no território brasileiro seja única, singular e comum às várias pessoas das mais variadas regiões geográficas, numa desconsideração total às variantes não-padrão, pois estas são todas “erradas”. A diversidade cultural, as realidades regionais e os contextos usuais da língua dinâmica não condizem com uma imposição de língua estanque. Portanto, o caminho indicado por Bagno (2011) é o de ir na crença da situação desfavorável e viciosa da norma padrão que até transforma o círculo vicioso em círculo virtuoso para posteriormente legitimar o preconceito linguístico.

Na visão de Bagno e Rangel, umas das tarefas mais delicadas da educação linguística consiste em

deixar bem claro e evidente que o respeito às variedades linguísticas estigmatizadas não significa negar aos seus falantes o direito ao pleno conhecimento e domínio das formas linguísticas de prestígio. Essas formas padronizadas se vinculam, tradicionalmente, às práticas sociais de letramento mais prestigiadas, e é dever do Estado, e, portanto, da escola, garantir que, sem prejuízo de sua variedade de origem, todos os cidadãos possam conhecer e utilizar, conforme lhes pareça conveniente, as formas linguísticas que, por razões históricas, culturais e sociais (e não por supostas qualidades linguísticas

intrínsecas), foram erigidas em padrão de comportamento lingüístico apropriado às interações sociais mais monitoradas, mais formais, faladas e/ou escritas. (BAGNO E RANGEL 2005, p. 78)

Portanto, é dever da escola não negar o conhecimento e domínio da norma de prestígio, porém, deve-se garantir que a língua materna não seja estigmatizada, considerando-se a compreensão cultural, histórica e social do aluno, ensinando-se o respeito às variedades linguísticas.

Conforme Bagno e Rangel (2005) umas das tarefas mais urgentes para minimizar o preconceito lingüístico é articular a reflexão e a ação e impulsionar as demandas sociais por uma educação lingüística de qualidade.

Evidentemente, esse processo, se exitoso, viria a interferir na própria formação dos professores de português, o que decerto acarretaria uma reavaliação e reformulação dos cursos superiores de Letras – que parecem ainda se prender, já pela própria denominação, a estruturas sociais e ditames culturais do século XIX. (BAGNO E RANGEL, 2005, p. 68)

Segundo Bagno (2011), os professores que não recebem, na sua formação, instruções ou conteúdos sobre como trabalhar a lingüística em sala de aula ou os que recebem inadequadamente, apenas irão corrigir a ortografia, pontuação, disposição gráfica do texto escrito. Entretanto, se o professor tiver uma formação sociolinguística adequada, estará apto a trabalhar de maneira tal que não haja desprestígio àquela língua, de modo a evitar que seja estigmatizada, o que vem ao encontro das palavras de Silva (2006, p. 114 e 115):

Definir o que será o uso lingüístico socialmente aceitável para que seus alunos não fracassem no curso de sua futura vida profissional em nossa sociedade. Assim, entre as variantes sintáticas em convívio nas falas brasileiras, o professor terá de distinguir, pelo menos, as estruturalmente mais salientes e socialmente mais estigmatizadas, para, sem desprestigiar as segundas, selecionar ambas, a fim de treinar o uso formal falado e os usos escritos de seus alunos.

É fundamental que o professor tenha conhecimento mínimo para saber trabalhar e lidar com as variedades presentes em sala de aula, logo faz-se necessário repensar a



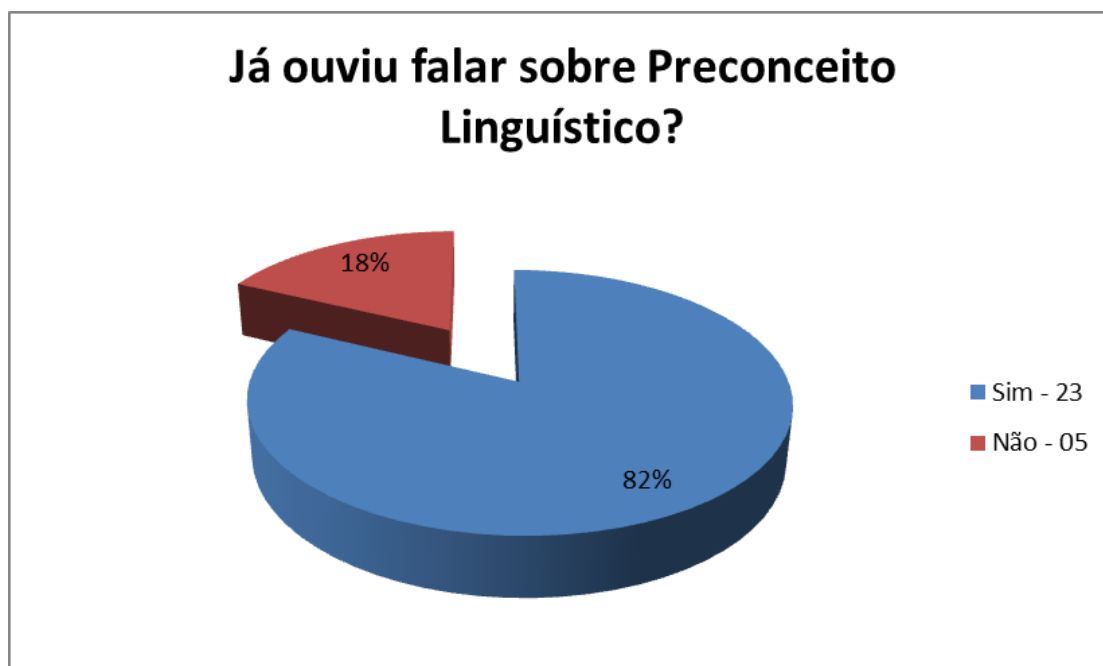
formação de professores, para que tenham os olhos mais voltados para essa questão. “Seria este talvez, um dever patriótico: o conhecimento e o reconhecimento, na escola, da realidade do português brasileiro”. (SILVA, 2006, p. 115)

Com o reconhecimento da importância da linguística ser entendida, aprendida e colocada em prática, os alunos certamente terão melhor aproveitamento das aulas e serão mais bem acolhidos por professores e colegas. Criar uma cultura dentro da escola de que se deve respeitar as variedades linguísticas de cada um, sem fazer piadas ou desmerecer aquele que possui seu vocabulário mais estigmatizado fará o ambiente escolar muito mais acolhedor e os resultados de aprendizagem tenderão a ser mais satisfatórios.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

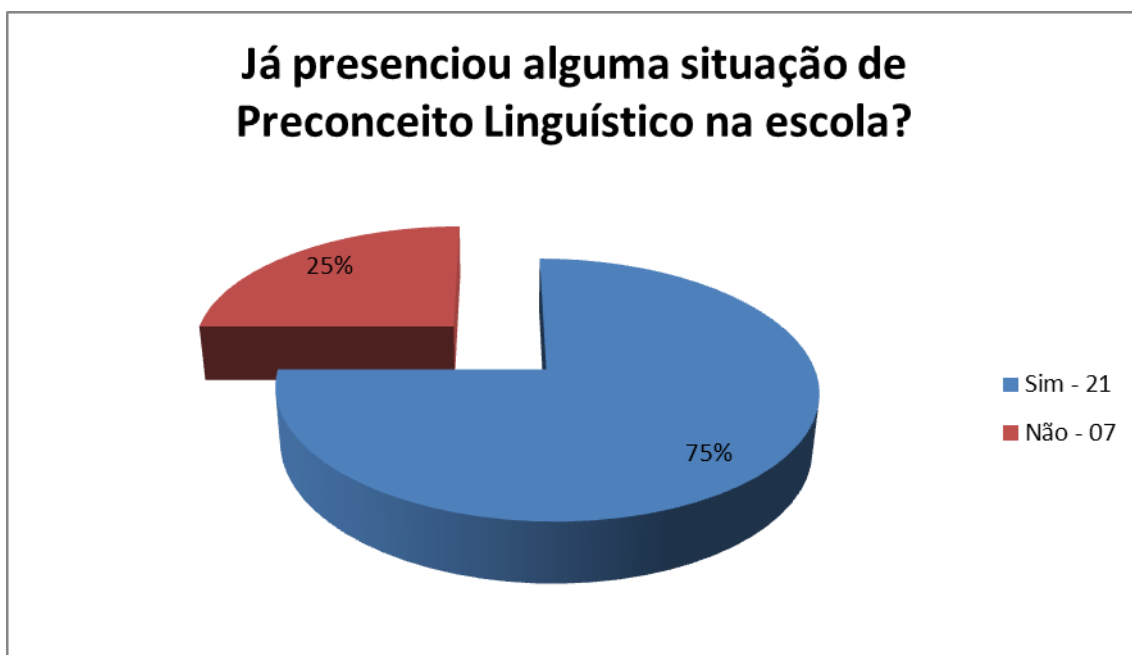
Para se alcançar os objetivos propostos na presente investigação, realizou-se uma pesquisa de campo, entregue em mãos para trinta professores do ensino fundamental II e foram recebidas vinte e oito respostas. A pesquisa cumpriu-se em forma de questionário contendo seis perguntas. Foram obtidos os seguintes resultados, que, para melhor visualização, encontram-se em forma de gráfico, com comentários:

GRÁFICO 01



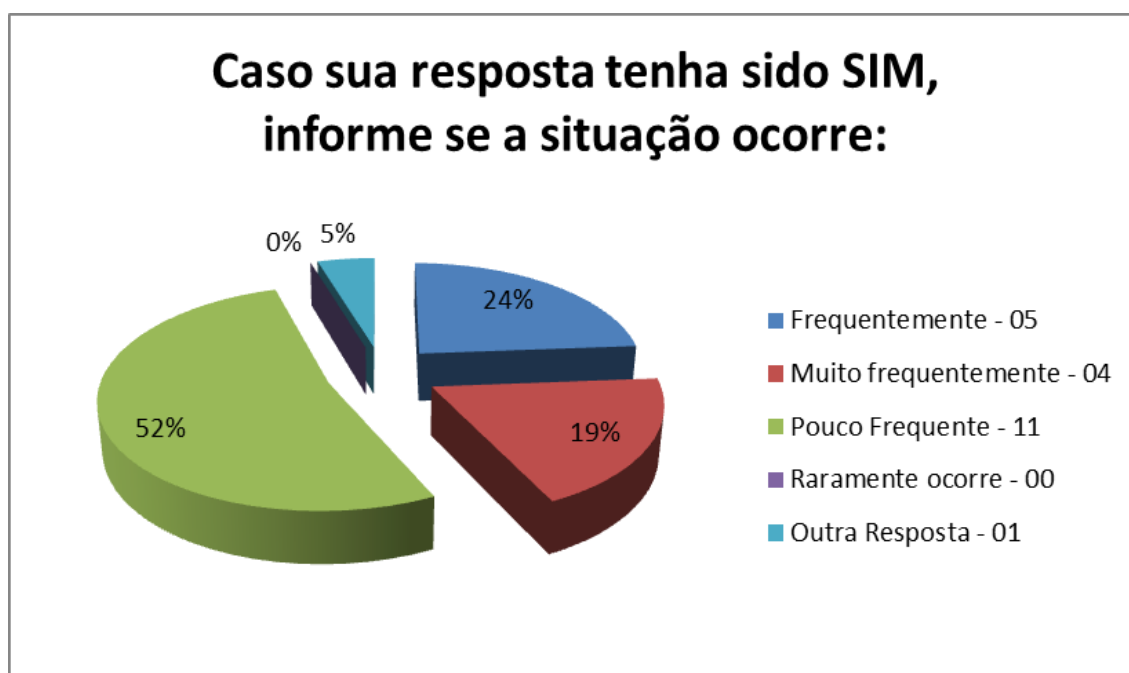
Com base no gráfico 01, notou-se que 82% dos professores já ouviram falar sobre preconceito linguístico, enquanto 18% nunca ouviram falar sobre o assunto. Com esse resultado é importante salientar, que não são todos os professores que conhecem o conceito de preconceito linguístico e, portanto, não trabalham e/ou valorizam tal discussão em sala de aula.

GRÁFICO 02



O gráfico número 02 aponta que 75% dos professores já presenciaram alguma situação de preconceito linguístico na escola, ao passo que 25% dos professores nunca o fizeram. Percebe-se com esses resultados que o preconceito existe na escola e é percebido pela maioria dos professores.

GRÁFICO 03

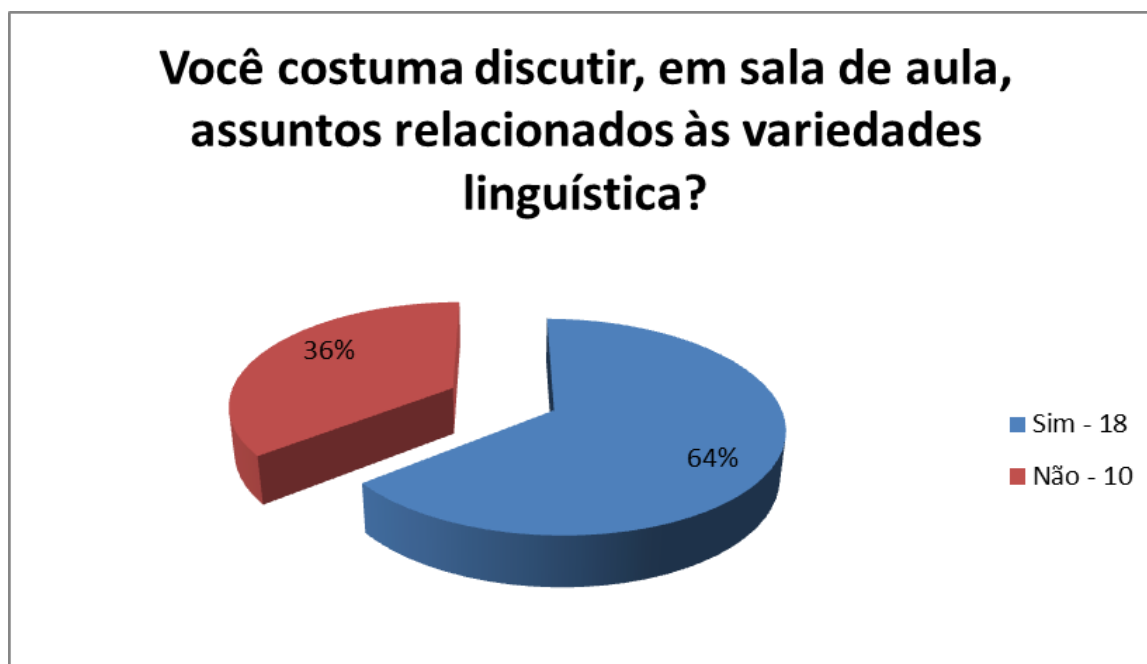


Por meio do gráfico 03, nota-se que 52% dos professores afirmam que esse preconceito ocorre com pouca frequência na escola; 24% apontam que o preconceito linguístico ocorre frequentemente nas escolas; 19% admitem que o preconceito acontece muito frequentemente. Nenhum professor respondeu que raramente ocorre.

Um professor optou por responder: “O próprio aluno se diz não saber “falar” o português, o que é um grande equívoco.” (Professor da Rede Estadual de Ensino).

Nota-se então que o preconceito linguístico acontece com certa frequência nas escolas, o que deve ser considerado e analisado para que isso não seja um costume diário nas escolas e que seja combatido tanto pelos alunos quanto pelos professores.

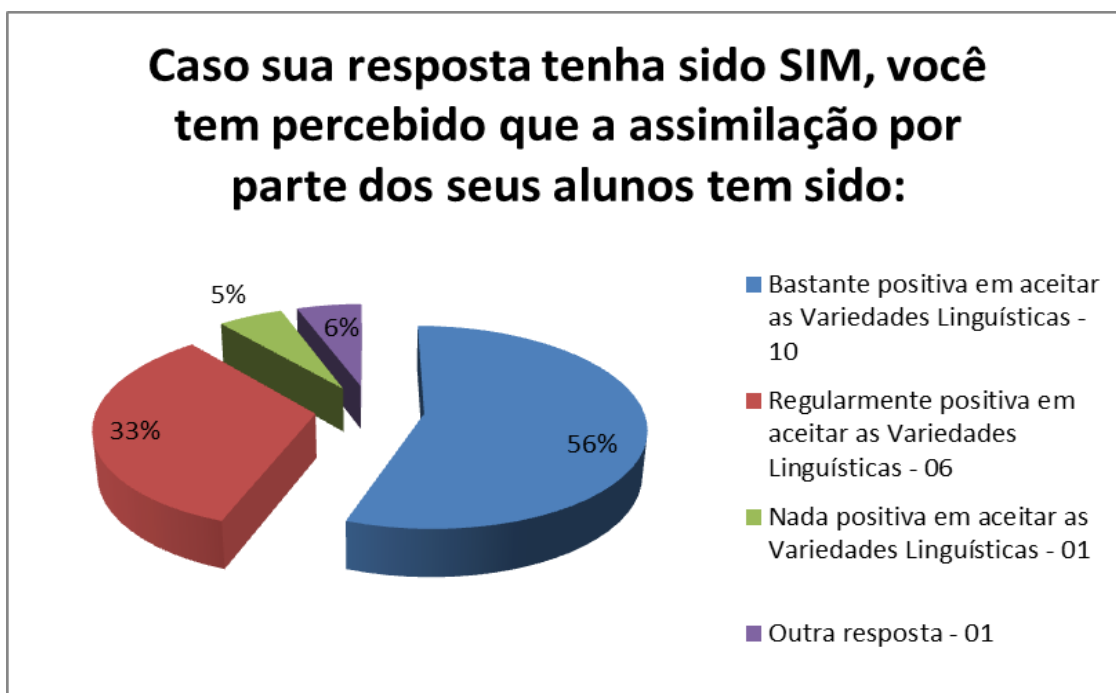
GRÁFICO 04



No que se refere ao gráfico nº 04, percebe-se que 64% dos professores declaram discutir assuntos relacionados às variedades linguísticas, em sala de aula. Por outro lado, 36% alegam que não discutem esse assunto. Considera-se, portanto, insuficiente o número de professores que discutem o tema em sala de aula e sugere-se que se crie um

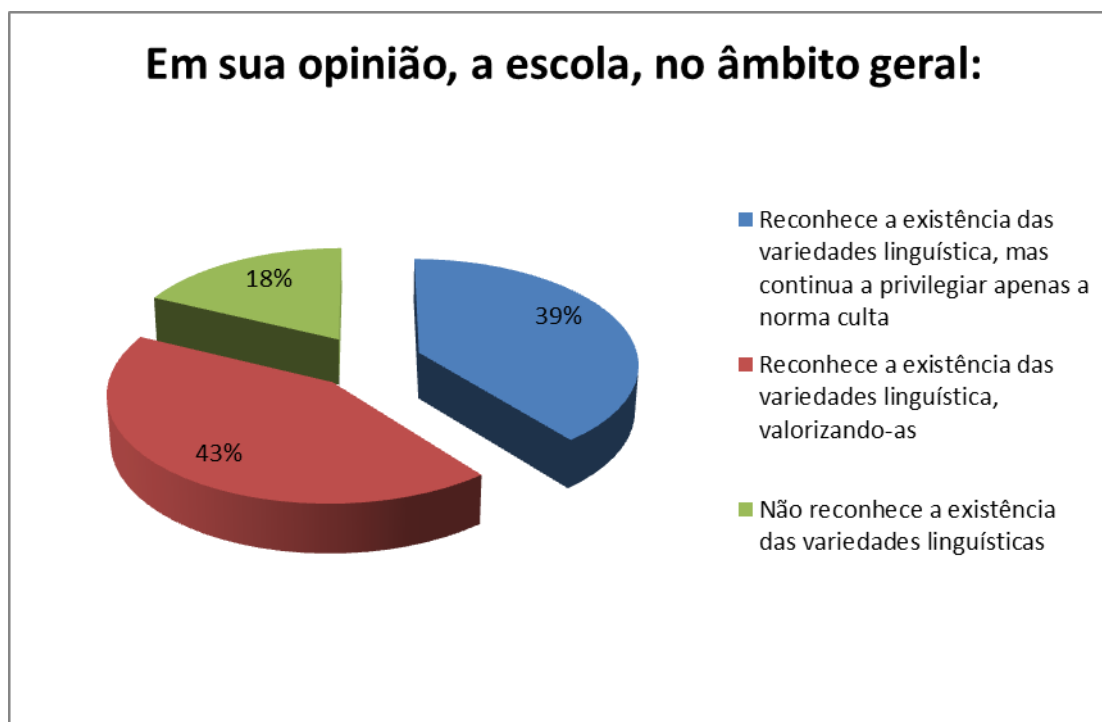
hábito de debate e discussão do tema preconceito linguístico, para que o problema não volte a acontecer.

GRÁFICO 05



De acordo com os resultados apontados no gráfico nº 05, pode-se observar que 56% dos professores alegam que a assimilação por parte dos alunos é bastante positiva em aceitar as variedades linguísticas, 33% garantem que a assimilação por parte dos alunos é regularmente positiva em aceitar as variedades linguísticas e 5% alegam ser nada positiva a assimilação dos alunos em aceitar as variedades linguísticas. Um professor preferiu optar por outra resposta: “É positiva para o momento da discussão, porém algum tempo depois o preconceito retorna. Por tal motivo, enfatiza-se o quanto é importante que o professor insista em retomar o assunto”.

GRÁFICO 06



Por fim, o gráfico nº 06 aponta que 43% dos professores reconhecem a existência das variedades linguísticas valorizando-as, enquanto 39% reconhecem a existência, mas continuam a privilegiar apenas a norma culta e 18% respondem que a escola não reconhece a existência das variedades linguísticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados auferidos, pode-se perceber que existe uma porcentagem significativa de professores que desconhecem o preconceito linguístico, e, dessa forma, acabam por ignorar situações relacionadas a esse preconceito. Com a análise dos gráficos, é possível constatar que o preconceito acontece com certa frequência nas escolas e que é visível, porém, há professores que não discutem as variedades em sala de aula, o que é um equívoco, pois debater esse assunto com os alunos é valoroso para minimizar o preconceito linguístico.

Outro ponto relevante refere-se ao fato de que há escolas que ainda não reconhecem a existência das variedades linguísticas, no entanto a maioria das escolas que as reconhece continua a privilegiar apenas a norma culta. Por outro lado, um número muito pequeno de professores respondeu que a escola valoriza as variedades linguísticas.

Com esses resultados, verifica-se a necessidade de que a escola reconheça as variedades linguísticas para que o preconceito linguístico dentro desse local seja minimizado, pois se a escola não faz seu papel, o aluno, por sua vez, também acabará, muitas vezes, não percebendo a dimensão negativa do preconceito linguístico e nem reconhecendo seu lastimável comportamento.

Vale ressaltar a resposta de um professor ao dizer que no momento da discussão em sala com os alunos, eles se mostram bastante positivos quanto às variedades da língua, mas dali a pouco o preconceito retorna. Isso demonstra que não há assimilação por parte dos alunos em relação à mudança de comportamento.

Dessa maneira, acredita-se que o assunto em pauta deva ser retomado, debatido e discutido várias vezes, de modo que os alunos, finalmente, passem a respeitar os diferentes falares do português brasileiro e a considerar a Língua Portuguesa como instrumento de inclusão e não de exclusão.

Cabe também lembrar que, lastimavelmente, não são todos os professores que conhecem o preconceito linguístico tampouco têm acesso a alternativas eficientes de ensino com instruções adequadas em sua formação sobre as variedades do português brasileiro. Dessa forma, é possível que deixem, muitas vezes, o preconceito acontecer dentro de sala, sem perceber o quão grave é.

Enfim, percebe-se que o combate está sim na escola e faz-se necessário conhecimento de todos os envolvidos para minimizar o problema.

É dever da escola aceitar as variedades de nossa língua e estar aberta a debater o tema preconceito linguístico, para que ocorram mudanças quanto a esse preconceito, que tragam conscientização e tenham repercussões positivas em nossa sociedade.



REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico – o que é, como se faz.** 15 ed. Loyola: São Paulo, 2011.

BAGNO Marcos; RANGEL Egon de Oliveira. Tarefas da educação linguística no Brasil. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada.** v..5 n.1. Belo Horizonte. 2005.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística – uma introdução crítica.** Parábola Editorial: São Paulo, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **O português são dois: Novas fronteiras, velhos problemas.** São Paulo: Parábola, 2006.



APÊNDICE

Questionário:

1. Já ouviu falar sobre Preconceito Linguístico?

Sim

Não

2. Já presenciou alguma situação de preconceito linguístico na escola?

Sim

Não

3. Caso sua resposta tenha sido SIM, informe se a situação ocorre:

frequentemente

muito frequentemente

pouco frequente

raramente ocorre

outra resposta: _____

4. Você costuma discutir, em sala de aula, assuntos relacionados à variedade linguística?

Sim

Não

5. Caso sua resposta tenha sido SIM, você tem percebido que a assimilação por parte de seus alunos tem sido:

bastante positiva em aceitar as Variedades Linguísticas

regularmente positiva em aceitar as Variedades Linguísticas

nada positiva em aceitar as Variedades Linguísticas

outra resposta: _____

6. Em sua opinião, a escola, no âmbito geral:

reconhece a existência das variedades linguísticas, mas continua a privilegiar apenas a norma culta;

reconhece a existência das variedades linguísticas, valorizando-as;

Não reconhece a existência das variedades linguísticas.

Recebido Para Publicação em 03 de novembro de 2016.

Aprovado Para Publicação em 30 de janeiro de 2017.